



**SOCIEDADE
CRISE E RECONFIGURAÇÕES**

VII CONGRESSO PORTUGUÊS DE SOCIOLOGIA

19 a 22 Junho 2012

Universidade do Porto - Faculdade de Letras - Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação

ÁREA TEMÁTICA: Modernidade, Incerteza e Risco

TRABALHO NA MODERNIDADE: SOCIEDADE DE RISCO E DESRESPEITO AOS DIREITOS SOCIAIS E ECONÔMICOS DOS TRABALHADORES.

SANTOS, Gabriela de Moraes

Estudante de Sociologia

Universidade Técnica de Lisboa

gabimorais.ufu@gmail.com

Resumo

O trabalho é uma categoria de análise de essencial discussão na sociedade de risco moderna. O presente texto tem como objectivo analisar os conceitos de modernidade e trabalho, abordando teorias que são essenciais para compreender como neste período se estabeleciam as relações de trabalho. A proposta central do artigo consiste em discutir a regulamentação das relações de trabalho nos moldes capitalistas modernos, buscando demonstrar como a incerteza de obter trabalhos assalariados e o risco de precariedade nas condições trabalhistas afectam as relações de trabalho e as relações entre os indivíduos, para isso realizou-se previamente pesquisa bibliográfica, para que relacionando as bases teóricas, fosse possível captar e compreender a problemática moderna do ritmo do trabalho capitalista e a promoção da dignidade humana. O período da modernidade está estreitamente ligado ao modo de produção capitalista, já que a categoria do trabalho é central. Este é marcado por paradoxos, ambiguidades e contradições, que estão intrínsecas no modo de produção capitalista. Embora haja a perspectiva de progresso, a revolução contínua da modernidade faz com que alguns indivíduos fiquem excluídos pela miséria e opressão advindos da separação de classes, o que desencadeia na redução das possibilidades de desenvolvimento individual, contrariando os preceitos iluministas.

Abstract

The work is an essential category of analysis discussed in modern risk society. This text aims to analyze the concepts of modernity and work, addressing theories that are essential to understand how this period were established working relations. The central proposal of the article is to discuss the regulation of labor relations in modern capitalist mold to demonstrate how the uncertainty of obtaining paid employment and the risk of precariousness in labor conditions affecting labor relations and relations between individuals, for it held to advance literature, to relate the theoretical basis, it was possible to grasp and understand the problems of the modern pace of capitalist work and promotion of human dignity. The period of modernity is closely linked to the capitalist mode of production, since the category of work is central. This is marked by paradoxes, ambiguities and contradictions that are inherent in the capitalist mode of production. Although there is the prospect of progress, the continuous revolution of modernity causes some individuals are excluded from the misery and oppression arising from the separation of classes, which triggers the reduction of opportunities for individual development, contrary to the precepts of the enlightenment.

Palavras-chave: modernidade, trabalho, risco e capitalismo.

Keywords: modernity, work, risk and capitalism.

A era moderna se caracterizou pelo confronto de ideologias, opções políticas e concepções que são oriundas das disputas entre as classes. Tal confronto se encontra também no que se refere ao significado dos conceitos. A palavra modernidade não escapa a esta condição e se presta a muitos equívocos e definições. O presente texto tem como objetivo, partindo de concepções marxistas, analisar os conceitos de modernidade e trabalho, abordando noções e teorias que são essenciais para compreender como neste período se estabelecem as relações de trabalho.

O mundo do trabalho passou por várias metamorfoses para melhor se adaptar a demanda do capital, que exige cada vez mais uma maior valorização da extração da força de trabalho. A produção que fornece lucro para o detentor dos meios de produção, é a que significa a diferença entre o valor produzido pelo trabalho e o salário pago ao trabalhador, a mais-valia, conceito marxista que seria a base da exploração no sistema capitalista

Nesta pesquisa essencialmente teórica e bibliográfica, será sistematizado uma aproximação entre pares conceituais, buscando neles um elemento comum presente na articulação entre as noções de modernidade reflexiva e sociedade de risco, trabalho e condição humana. O foco é perceber que a força de trabalho mesmo sendo o impulso para que o capital consiga cumprir seu objetivo de valorização do valor, sintetizado na abstração constante e voraz da mais-valia e estimulando o progresso da sociedade através de novos produtos que propiciam maior conforto, é também fator de aprisionamento humano (característica moderna) devido as precariedades nas condições de trabalho.

A modernidade não chegou ao fim, ainda não foi possível decretar-se o seu óbito, assiste-se a seu remate, concretizando-se no liberalismo globalizado, na mercantilização quase generalizada dos modos de vida, na exploração da razão instrumental até a ‘morte’ desta, numa individualização galopante. (Lipovetsky, 2004, p. 53) Assim, Lipovetsky, que já foi um forte autor defensor da força explicativa do pós-moderno, afirmando a superação da modernidade e o surgimento de uma nova época, revê suas teses, encontrando, de certa forma, a posição defendida por Jürgen Habermas (2005), em que a modernidade é um projeto inacabado e que, não tendo sido completado, ainda não pode ser superado. Enquanto não houver autonomia e liberdade não teremos chegado ao progresso que é base para o período posterior a modernidade. Para Lipovetsky o pós-modernismo é uma força de renovação, de transformação, para uma posição pessimista, que vê no hipermodernismo o remate da modernidade naquilo que ela tem de mais reacionário e conservador: a mercantilização da vida, a globalização do liberalismo, a exploração da instrumentalização da razão até as últimas consequências. O mundo do trabalho sofreu metamorfoses, passou de manufatura para fordismo, posteriormente taylorismo e por fim a acumulação flexível. Transformações essas que alteraram a forma de ser da classe trabalhadora, como aponta Ricardo Antunes, ao observar que ela se encontra mais heterogenia, fragmentada e complexificada, essas transformações influenciaram na nítida tendência de diminuição das taxas de sindicalização, principalmente na década de 1980. “*A fragmentação, heterogeneização e complexificação da classe-que-vive-do-trabalho questiona na raiz o sindicalismo tradicional e dificulta também a organização sindical de outros segmentos que compreendem a classe trabalhadora.*” (Antunes, 2002) A diminuição da sindicalização do proletariado no Brasil, deve-se ao sentimento de risco de desemprego, que é um fator que diminui as perspectivas dos trabalhadores e a força sindical, devido à maior rotatividade do trabalhador, que não consegue se reconhecer como parte de um grupo, já que está em constante transição de cargos e empregos.

O contexto da instabilidade trabalhista está de acordo com a noção de hipermodernidade, em que acrescenta-se uma perspectiva importante: a da ‘*elasticidade*’ do projeto moderno. Retomo essa ideia que Deleuze e Guattari (1976) desenvolveram, abordando que o capitalismo é capaz de se metamorfosear. Quanto mais nos aproximamos de seus limites históricos, o que poderia significar uma crise e sua superação, mais os limites são alargados, elasticamente sendo colocados mais além. O capitalismo escapa e nos escapa; e assim permanece, embora não seja sempre o mesmo. Esse quadro de múltiplas tendências e direções do capitalismo afetaram o movimento sindical, causando uma crise intensa em 1980, em que os países avançados levaram essa crise para todo o mundo, como é apresentado por Antunes, que enuncia o contexto dessa crise pelas seguintes tendências:

Crescente individualização das relações de trabalho; (...) a fortíssima corrente no sentido de desregulamentar e flexibilizar ao limite do mercado de trabalho (...) e o esgotamento dos modelos sindicais vigentes nos países avançados que optaram, (...) pelo sindicalismo de participação e que contabiliza os prejuízos (...) dos quais o mais evidente é o desemprego estrutural que ameaça implodir os próprios sindicatos (Antunes, 2002, p.73)

Com o enfraquecimento sindical brasileiro, a mercantilização da vida acentua-se. O conceito base de trabalho utilizado nesta pesquisa, é o descrito por Karl Marx, em que a divisão do trabalho no interior da sociedade capitalista, observa que esta é mediada pela compra e venda de mercadorias de diferentes ramos de trabalho, ao passo que a divisão manufatureira é mediada pela venda de diferentes forças de trabalho ao mesmo capitalista, que as emprega como força de trabalho combinada. A primeira pressupõe o fracionamento dos meios de produção e implica o confronto de produtores independentes de mercadorias, "que não reconhecem nenhuma autoridade senão a da concorrência", enquanto que a segunda pressupõe a concentração dos meios de produção nas mãos de um capitalista e, ao mesmo tempo, a autoridade incondicional deste sobre o conjunto dos trabalhadores, dos quais comprou a força de trabalho. No modo de produção capitalista, portanto, "a anarquia da divisão social do trabalho e o despotismo da divisão manufatureira do trabalho se condicionam reciprocamente" (Marx, 1983, p. 280).

O trabalho é a força motriz do capitalismo, gera riqueza agregando valor ao produto que incorpora a força de trabalho e a mais-valia. Karl Marx enuncia o trabalho a partir da condição de liberdade humana em relação aos movimentos da natureza. O homem não é apenas guiado por instintos e forças naturais, como ocorre nos outros animais que se guiam instintivamente para a sobrevivência. O ser humano se sobressaiu por conseguir dominar as forças da natureza através do trabalho e colocá-las a seu serviço. Enquanto que os animais mesmo que produzindo novos objetos (a colmeia das abelhas, a casa do João-de-barro), não são considerados trabalhadores, já que constroem novos objetos para atender a exigências práticas imediatas, não sendo livres para trabalhar já que são determinados pelos instintos e pela limitada experiência que podem ter. O homem se diferencia dos outros animais por idealizar seu trabalho anteriormente a sua execução. O planejamento prévio torna-o capaz de definir qual o meio mais eficaz para alcançar seu objetivo, tendo a liberdade de escolher a alternativa que melhor se adequa a sua ação para chegar a um resultado esperado. Dessa forma o homem modifica a natureza de acordo com suas possibilidades, Marx observa que ao longo da história há uma evolução gradativa da ação humana frente às suas necessidades.

Como criador de valores de uso, como trabalho útil, é o trabalho, por isso, uma condição de existência do homem, independente de todas as formas de sociedade, eterna necessidade natural de mediação do metabolismo entre homem e natureza e, portanto, da vida humana (...) Uma formação social nunca perece antes que estejam desenvolvidas todas as forças produtivas para as quais ela é suficientemente desenvolvida, e novas relações de produção mais adiantadas jamais tomarão o lugar, antes que suas condições materiais de existência tenham sido geradas no seio da mesma velha sociedade. É por isso que a humanidade só se propõe as tarefas que pode resolver, pois, se considera mais atentamente, se chegará a conclusão de que a própria tarefa só aparece onde as condições materiais de sua solução já existem, ou, pelo menos, são captadas no processo de seu devir. (MARX, 1988 p.50)

O desenvolvimento do trabalho criador aparece, para Marx, como uma condição necessária para que o homem seja cada vez mais livre, mais dono de si próprio. Contudo verifica-se que, o trabalho assumiu características diferentes das anteriormente pensadas: os homens que produzem os bens materiais, alguns indispensáveis à sua própria existência, porém, não se realizam como seres humanos em suas atividades. Surge assim a necessidade de sindicatos que objetivariam transformar essa realidade, humanizando o trabalho que até então só serve aos interesses do capital.

A modernização reflexiva proposta por Giddens é um processo contínuo pouco percebido e praticamente autônomo de mudanças que afeta as bases da sociedade industrial. O próprio capitalismo - que forjou esta sociedade industrial - é agente de sua transformação, passando de fordismo para taylorismo e por fim pela

acumulação flexível. Assim, diante de uma realidade que não para de se alterar, as pessoas tendem a valorizar as antigas certezas da sociedade industrial criando momentos em que é necessário decidir entre uma convicção do passado e uma realidade transformadora. Este confronto entre as convicções herdadas e as novas formas sociais conferem à modernização um caráter reflexivo. Para Giddens (1991), a reflexividade provoca exames e reformulações em práticas sociais, que são constantemente examinadas à luz de informações renovadas sobre as próprias práticas, alterando de forma constitutiva e contínua seu caráter. A modernidade aqui descrita é um fenômeno que parece oferecer às pessoas oportunidades de uma existência segura e gratificante se comparada ao período pré-moderno. Porém, os riscos gerados pelo próprio desenvolvimento lançam problemas antes desconsiderados.

As características centrais da era moderna industrial são as concentrações de um grande número de trabalhadores assalariados nas fábricas; o predomínio dos trabalhadores do setor secundário; a indústria contribuindo com a maioria da renda nacional; a aplicação das descobertas científicas nos processos científicos; a racionalização e a fragmentação do trabalho; a separação entre casa e trabalho e sistema familiar e sistema profissional; urbanização e escolarização das massas; reformas dos espaços em função da produção e do consumo dos produtos industriais; maior mobilidade; produção em massa e crescimento do consumismo; fé em um progresso irreversível e um bem-estar crescente; etc. (DIAS, Maria da Graça dos Santos, 2003)

A modernidade não possuiu um princípio organizador. Através da racionalização foram gerados controles diversos com o objetivo de transformar a convivência entre as pessoas, mediante a domesticação dos afetos, do emocional etc. A modernidade prometia a felicidade através do progresso da ciência ou de uma revolução. Em termos de patologia social, a modernidade fez surgir coisas contraditórias como indústrias e a atitude liberal, a ciência, a tecnologia, a multiplicação da população pobre e de guerras racionais.

O processo de produção capitalista exige a grande indústria que é instalada na cidade, o desenvolvimento tecnológico (para que menos força de trabalho seja necessária, dessa forma menos operários são contratados e o capitalista consegue ter maior controle dos gastos e da produção). Com o processo de industrialização, as cidades se transformaram, urbanizaram-se para que o acesso e transporte das mercadorias e trabalhadores fossem facilitados, e conseqüentemente, a produção pautou-se no desenvolvimento tecnológico acelerado, racionalização e burocratização.

Na modernidade, a dominação e exploração da classe trabalhadora provocam a resistência desta e a luta de classes. A classe capitalista busca manter sua dominação através da repressão, da ideologia, do imaginário, da criação de instituições que buscam integrar o proletariado na sociedade burguesa. A partir disto, observamos novas características da modernidade: ideologização, institucionalização, estatização, violência, luta de classes entre burguesia e proletariado em todas as esferas da vida social.

O ritmo acelerado da produção industrial tornou a modernidade um período de mercantilização, consumismo, modas sucessivas, destruição ambiental em escala nunca vista antes na história da humanidade. No estilo de trabalho moderno, denominado de taylorismo-fordismo, os sujeitos, ao internalizarem os objetivos empresariais em detrimento dos próprios objetivos, adquiriam uma "*existência inautêntica*", de acordo com Antunes (2000, p. 222). Passavam a agir em função de objetivos que não eram seus, mas heterodeterminados pelo poder empresarial, o que lhes causava conflitos, sofrimento e cisão dos conteúdos psíquicos, em um processo de alienação.

Bauman distingue a modernidade em dois períodos: modernidade sólida (modernidade) e modernidade líquida (pós-modernidade). A modernidade sólida tem o projeto de controle do mundo pela razão, objetivando tornar o mundo melhor através do ordenamento racional e técnico. São dois os elementos de destaque em sua análise do projeto moderno: os Estados-Nações e a ciência. Através desses dois elementos o projeto moderno segue o caminho de sua realização.

A modernidade sólida foi, para o autor, um período de controle, dominação, mas pelo desenvolvimento da indústria e do transporte, tornou o mundo mais interligado, globalizado. A modernidade sólida foi uma tentativa de controle racional do mundo, as diferenças eram vistas com desconfiança, embora as formas de

vidas comunitárias ainda pudessem existir – mesmo que reduzidas e isoladas – devido a unidade de conduta e modos de vida, que era essencial a concepção de povo e de nação.

O conjunto de práticas produtivas cunhado no fordismo é característico da modernidade sólida ou do capitalismo pesado, como cita Bauman, sendo importante para a organização da produção até meados dos anos 70 do século passado. *"Entre os principais ícones dessa modernidade estavam a fábrica fordista, que reduzia as atividades humanas a movimentos simples, rotineiros e predeterminados, destinados a serem obediente e mecanicamente seguidos, sem envolver as faculdades mentais e excluindo toda espontaneidade e iniciativa individual"* (Bauman, 2001: 33/34).

O fordismo, método de racionalização da produção em massa, teve início na indústria automobilística Ford, nos Estados Unidos, onde esteiras rolantes levavam as peças a percorrerem a fábrica enquanto os operários, distribuídos em torno dela, iam montando os veículos. Esse método integrou-se às teorias de outro industrial, Taylor, que ficaram conhecidas como taylorismo. Buscava por meio deste novo método, o aumento da produtividade através do controle dos movimentos das máquinas e dos homens no processo de produção. O empregado, seguindo o que foi determinado pelos seus superiores, deveria executar uma tarefa no menor tempo possível e, assim, mais os custos do capitalista industrial diminuiriam enquanto que o lucro do mesmo aumentaria, e o empregado, por sua vez, seria considerado eficiente.

Ao unir e mesclar as características desses dois métodos de produção, surge regime de acumulação Fordista/Taylorista, que apresenta em suas características a produção em escala na qual eram produzidos produtos em massa, homogêneos e padronizados em que o operário era especializado em uma única função de maneira que não participava do processo de produção por completo, apenas de uma fração do processo.

No final da década de 1960 houve uma crise no modo de produção capitalista que presenciou o esgotamento do padrão de acumulação taylorista/fordista de produção, e com isso surgiu o Toyotismo como solução para a crise se apresentando como uma forma de organização do trabalho oriunda da Toyota, no Japão pós Segunda Guerra e que rapidamente se estendeu para outras companhias daquele país e do mundo. O Toyotismo surgiu com uma produção vinculada à demanda, diferenciando-se da produção em massa do regime Taylorista/Fordista. Apresenta também o aspeto de trabalho em equipe, com o trabalhador polivalente, ou seja, operando várias funções, o que se diferencia também do modelo fordista, no qual a produção era verticalizada e bastante especializada. Além disso, surge no Toyotismo o princípio de *just in time* com melhor aproveitamento do tempo de produção.

No surgimento desses novos modelos de produção vemos que o que há é uma intensificação do trabalho, por meio de uma forte supervisão, ou seja, a capacidade de explorar cada vez mais eficientemente o trabalhador, fazendo com que este se adapte ao sistema para garantir a reprodução do capital. A preocupação está na constante maximização da produção. Porém, como consequência, há também uma maximização de exploração, fazendo com que na sociedade, as diferenças, as desigualdades entre explorado (trabalhador) e explorador (capitalista) se tornem cada vez mais nítidas.

Portanto com as reestruturações capitalistas para aprimorar a captação da mais-valia, levaram a mercantilização da vida, a precariedade no sistema de trabalho e o individualismo. A sociedade de risco, não se agrupa para reivindicar melhorias, já que o sentimento de classe não é reconhecido. A modernidade está inacabada, já que o progresso das mercadorias, e o conforto que elas trazem não correspondem a autonomia humana. O capitalismo restringe a vida humana, o trabalho humanizador de Marx torna-se utopia, e o sindicato enfraquece devido a individualização da sociedade e o constante risco.

O contexto da modernidade trouxe a crença no afastamento do lado sombrio da natureza humana, em que conforme Harvey (1996), as artes e as ciências teriam o papel de promover o controle das forças naturais e a compreensão do mundo do eu, o progresso moral, a justiça das instituições e mesmo a felicidade dos seres humanos. A instabilidade de trabalho e o salário insuficiente, causa o aumento generalizado da violência e gera uma perspectiva de medo e desconfiança, acirrando a crise da modernidade. Segundo Harvey (1996) o projeto do Iluminismo estava fadado a voltar-se contra si mesmo e transformar a busca da emancipação humana num sistema de opressão universal em nome da liberdade humana. Conclui-se assim que o sistema de trabalho capitalista é uma das amarras da sociedade na modernidade, o progresso que deveria ser linear

neste período até a emancipação humana, não está conseguindo guiar-se para este objetivo devido ao trabalho alienado que permeia a vida dos trabalhadores.

Referências Bibliográficas

Antunes, Ricardo. (2000). *Os sentidos do trabalho: Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. São Paulo: Boitempo.

Antunes, Ricardo (2002) *Neoliberalismo, trabalho e sindicatos. Reestruturação produtiva no Brasil e na Inglaterra*. São Paulo: Boitempo.

Bauman, Zygmunt. (1999)*Modernidade e Ambivalência*. Rio de Janeiro: J. Zahar Ed.

_____ (2001) *Modernidade Líquida*. Rio de Janeiro: J. Zahar.

_____ (1998)*O Mal-Estar da Pós-Modernidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

Beck, Ulrich.(1992)*Risk Society.Towards a New Modernity*.London: Sage.

Giddens, Antony. (1991) *As Consequências da Modernidade*. São Paulo: Unesp.

Berman, Marshall (1986). *Modernidade - ontem, hoje e amanhã*. In: *Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade*. São Paulo: Companhia das Letras.

Giddens, Anthony (1991).*As Consequências da Modernidade*. São Paulo: Ed Unesp.

Dias, Maria da Graça dos Santos (2003). *A justiça e o imaginário social*. Florianópolis: Momento atual.

Habermas, Jürgen(1980). *A crise do estado de bem-estar e o esgotamento das energias Utopicas* in *Diagnósticos do Tempo: seis ensaios*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.

Deleuze, G.; Guattari (1980). *F. t e a u x: capitalisme et schizophrénie*. Paris: Les Editions de Minuit.

Deleuze, G.; Guattari (1976). *O anti-édipo: capitalismo e esquizofrenia*. Rio de Janeiro: Imago.

Harvey, David.(1996) *Condição Pós-Moderna*. São Paulo: Edições Loyola.

Lipovetsky, G. (2004). *Os tempos hipermodernos*. São Paulo: Barcarolla.

Marx, Karl (1988).*O Capital*. São Paulo: Nova Cultural.